

NACIONAL

Dívida do setor público já representa 55% do PIB

Em setembro houve um crescimento de 0,9% sobre agosto devido a desvalorização do real e pelo aumento dos juros

Ivanir José Bortot
de Brasília

A dívida líquida consolidada do setor público atingiu R\$ 671,9 bilhões, em setembro, o equivalente a 54,8% do Produto Interno Bruto (PIB), pressionada pela desvalorização do real e elevação das taxas de juros. Houve um crescimento real da dívida equivalente a 0,9% do PIB entre agosto e setembro. O Banco Central acredita que a dívida atingirá R\$ 700 bilhões — 56% do PIB —, em dezembro de 2001, como foi prometido ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

“Não faz sentido criar clima de pânico. É um aumento preocupante, mas não dramático. Quando câmbio estabilizar e se mantivermos um primário de 3,5% do PIB ao ano haverá trajetória declinante no estoque da dívida”, disse Fábio Giambiagi do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES).

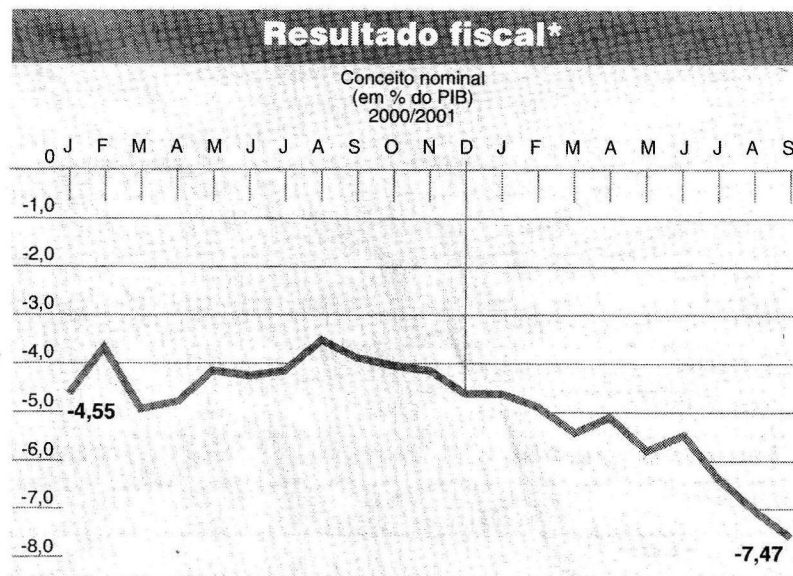
O maior impacto sobre o crescimento da dívida líquida de janeiro a setembro ocorreu pela desvalorização do real diante do dólar em 36,6%. A elevação das taxas de juros e o reconhecimento dos “esqueletos” de dívida do passado, tam-

bém, ampliaram o endividamento.

O desembolso com juros nominais nos últimos 9 meses foi de R\$ 61,8 bilhões. O governo usou integralmente seu superávit fiscal — receita menos despesas, excluídos os juros — de R\$ 41,208 bilhões para cobrir as contas dos juros e mesmo assim foi obrigado a amargar um déficit nominal de R\$ 20,529 bilhões, neste período. É verdade que de janeiro a setembro do ano passado o déficit nominal foi de R\$ 25,140 bilhões, mas não em função dos juros maiores, que ficaram em R\$ 60,4 bilhões. O superávit primário é que foi menor.

O Brasil pagou R\$ 51,5 bilhões de juros internos de janeiro a setembro de 2001 e R\$ 10,177 bilhões de juros externos. O valor dos juros reais internos ficou em R\$ 27,631 bilhões. As empresas estatais, isoladamente, pagaram R\$ 4,370 bilhões de juros internos e R\$ 1,3 bilhões de juros externos, ficando com um superávit primário de R\$ 6,8 bilhões que está aplicado no Banco do Brasil, no extra-mercado rendendo resultados financeiros às estatais.

“Conseguimos uma melhora fiscal com elevação das receitas. Houve uma melhora nos fundamentos macroeconômicos. O Brasil ganhou



Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil * Acumulado em 12 meses com desvalorização cambial sobre o estoque da dívida mobiliária federal

credibilidade pela transparência. Se tivermos dólar estável a dívida cairá ao longo de 2002”, disse Altamir Lopes, Chefe do Departamento Econômico do Banco Central.

Giambiagi e Lopes acreditam que o real atingiu ao seu ponto máximo de desvalorização. Daqui para frente, podem ocorrer oscilações, mas a tendência do real é se valorizar ante o dólar.

“Desconfio seriamente que o câmbio vai se ajustar”, disse Giambiagi. Caso isso se confirme, o ajuste das contas públicas poderá ser ainda maior. É que, embora esteja sendo contabilizado os impactos cambiais, os custos efetivos de juros são, em parte, apenas uma operação contábil.

De qualquer forma assustam quando entram nas estatísticas. O

desembolso com juros nominais, em proporção ao PIB, foi de 12,24% de janeiro a setembro de 2001, contra 7,96% em igual período do ano passado. Altamir Lopes disse que o Banco Central espera a sustentação dos atuais ganhos fiscais de tal forma que ao final de 2001 o déficit nominal do governo fique em torno de 7,6% do PIB, uma diferença de menos de 2% sobre o atual.

Os juros nominais atingiram R\$ 5,9 bilhões em setembro, ante R\$ 8,6 bilhões em agosto. Contribuiu para esta queda o fato de setembro contar com menor número de dias úteis para aplicação da taxa Selic. Houve, ainda, uma queda do IGP-DI de 1,6% para 0,9% que incidiu sobre os papéis dos Estados.

O BC pagou R\$ 4,360 bilhões de juros da sua dívida interna. Uma parcela de R\$ 1,722 bilhão deste valor é atualização monetária e R\$ 2,639 bilhões são juros reais pagos em setembro. O desembolso com juros da dívida externa ficou em R\$ 1,504 bilhões. O Governo teve um superávit primário de R\$ 4,397 bilhões em setembro e diante de um desembolso de R\$ 5,9 bilhões de juros nominais acabou tendo um impacto de R\$ 1,467 bilhões sobre a sua dívida.